

## O pensamento sobre a cidade no Renascimento e seus reflexos em Portugal – séculos XV-XVII

André Lemoine Neves<sup>1</sup>

### Resumo

A cidade renascentista foi um modelo urbanístico teórico que definia não somente a forma, mas modificações na própria sociedade que utilizaria as cidades. Tal modelo ficou restrito aos tratados e a suas aplicações práticas que resultaram na utilização de apenas alguns aspectos daquilo que pregavam os tratadistas. No entanto, nos últimos anos, alguns autores portugueses têm buscado demonstrar que, em Portugal e, mesmo nas colônias, o urbanismo renascentista foi um fato incontestável. Este artigo analisou tal hipótese e encontrou uma realidade diferente, onde o conhecimento das teorias não foi suficiente para alterar significativamente uma realidade definida ao longo da Idade Média nem apagar o conhecimento vernacular de “fazer cidades”.

**Palavras-chave:** História da cidade, História do Urbanismo, Urbanismo Renascentista, Urbanismo Português.

### Abstract

Renaissance city was an urban theoretical model which defined not only the urban shape, but also the changes in the urban societies. Such model was restricted to the treatises and its practical applications used only some aspects of the Renaissance scholars. However, in last years, some Portuguese authors tried to demonstrate that in Portugal and, even, in its colonies, Renaissance Urbanism was an undeniable fact. This article analyzed this hypothesis and found a very different reality which theoretical knowledge was not enough to change, significantly, a reality defined along Middle Age neither to erase vernacular knowledge of “making cities”.

**Keywords:** City history, Urbanism history, Renaissance Urbanism, Portuguese Urbanism.

*Vniuersis urbis et quae urbis partes sunt publica omnia debentur.*<sup>2</sup>

Leon Battista Alberti (*De Re Aedificatoria* – Liber IV, 1452).

### Introdução

A cidade renascentista, como um tipo urbano específico, tem sido fonte de inúmeros trabalhos ao longo das últimas décadas. A partir da segunda metade do século XX, o estudo da história da cidade toma força, principalmente, devido a dois aspectos importantes: a derrocada do

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Humanas Esuda. Arquiteto e Urbanista (UFPE, 1994). Doutor em Desenvolvimento Urbano (UFPE/MDU, 2008). Email: andrelemoine@gmail.com.

<sup>2</sup> “A cidade e todos os seus serviços públicos estão destinados a todos os seus habitantes”.

urbanismo modernista (JACOBS, 2001) e a “redescoberta” dos valores intrínsecos às cidades pré-Revolução Industrial (ROSSI, 1995). A maioria dos estudos sobre a cidade renascentista tende a admiti-la como um esforço intelectual de controle da forma e das ações urbanas, que não chegou propriamente a ser posto em prática, salvo em raras situações e nunca totalmente dentro das ideias propostas pelos tratadistas (BENEVOLO, 1983, 1995; GOITIA, 1989; CALABI, 2008). Entretanto, nos últimos vinte anos, autores portugueses e brasileiros têm buscado, com certo afã, uma relação estreita entre o urbanismo renascentista, as reformas urbanas ocorridas em Portugal entre os séculos XV e XVII e o processo de urbanização de suas colônias, em especial o Brasil, no século XVI.

Autores como Teixeira e Valla (1999) têm buscado analogias e pretensas aplicações do urbanismo renascentista em praticamente todas as ações urbanísticas levadas a efeito em Portugal ao longo do século XVI, associando a época ao estilo artístico vigente e, por vezes desconsiderando as permanências do urbanismo vernacular. A pretensão de que Portugal foi vanguarda em todos os campos durante o período de vigência do Renascimento parece, na realidade, uma busca desnecessária de inserção nos quadros mentais europeus da época.

Pesquisas realizadas recentemente parecem minimizar o impacto do urbanismo renascentista em Portugal, evidenciando a impossibilidade da adoção das novas práticas urbanísticas não tanto pelo desconhecimento das teorias vigentes, mas devido ao fato de que o sistema urbano europeu, em especial, o português, já se encontrava cristalizado ao final do século XV. Então seria economicamente impossível e tecnicamente inviável reconstruir as cidades existentes, resultando na permanência da cidade medieval e da redução da experiência renascentista a espaços urbanos restritos e/ou sistemas defensivos que deveriam adaptar-se aos novos métodos de ataque, baseados nas armas de fogo, a partir do século XV.

## 1. Os tratados renascentistas – séculos XV e XVI

A partir da segunda metade do século XV e ao longo do século XVI, foram publicados ou republicados vários tratados que versam, para mais da Arquitetura, também sobre a forma da cidade, além de desenhos e pinturas que propunham espaços urbanos ideais, como se vê na **figura 1**.



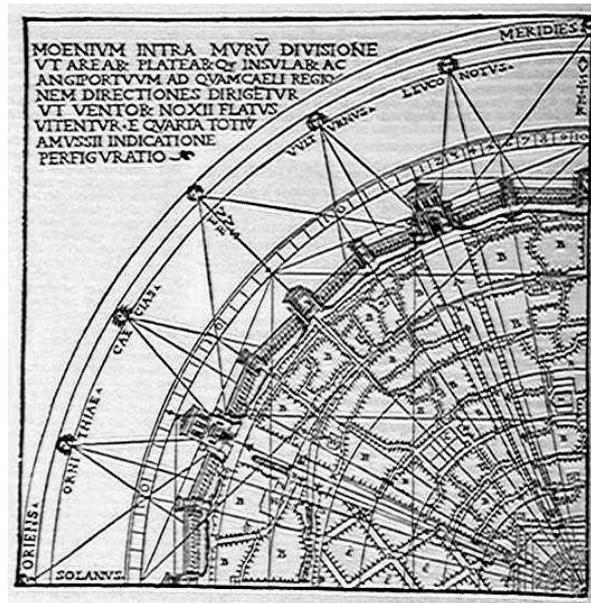
**Figura 1**

A *Città Ideale* de Piero della Francesca, c. 1470, Galleria Nazionale, Urbino, Itália. A precisão perspética da pintura apresenta um espaço urbano onde a regularidade e as proporções imperam, apesar de uma certa variedade nas soluções arquitetônicas.

Fonte: Web Gallery of Art, 2007.

Tais tratados apresentaram uma difusão incipiente, por circunstâncias socioeconômicas, cuja análise não cabe aqui. A lista abaixo (SUMMERSON, 1982; LAMERS-SCHÜLTZE, 2006) cita apenas os que foram impressos:

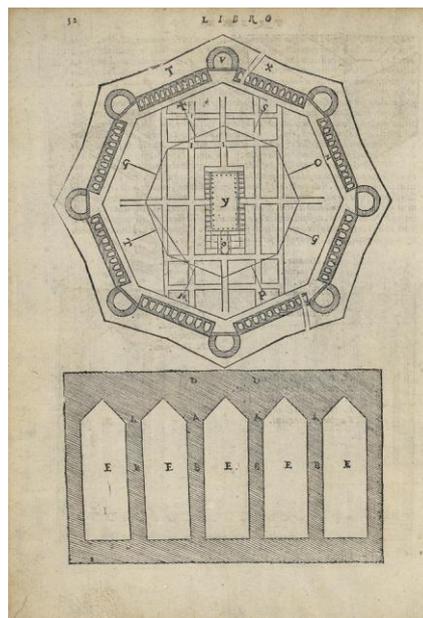
- *De Architectura Libri Decem* de Vitruvius: em latim – Roma, 1486; Florença, 1522 (Fra Giocondo) e Roma, 1544 (Philander); em italiano: Como, 1521 (Cesariano) e Veneza, 1556 e 1567 (Barbaro). Duas interpretações da cidade ideal podem ser vistas nas **figuras 2 e 3**;



**Figura 2**

O modelo de cidade ideal na versão do *De Architectura Libri Decem* de Vitruvius publicado por Cesariano em 1521.

Fonte: The Australian National University, 2007.



**Figura 3**

O modelo de cidade ideal na versão do *De Architectura Libri Decem* de Vitruvius publicado por Barbaro em 1567. Fonte: USP, 2007.

- *De Re Aedificatoria Libri Decem* de Leon Battista Alberti: manuscrito de 1452, primeira impressão em latim – Florença, 1485 e primeira impressão em italiano em 1550. Obra inaugural da tratadística renascentista, dedica todo o seu livro IV às cidades e revela uma grande quantidade de princípios a serem observados na construção do espaço urbano, que, seguramente não foram observados na construção de cidades no Brasil colonial no seu primeiro século;

- *Arcibus Castellisque Condendis ac Muniendis Rationes Aliquot* ou *Tratado sobre fortificação de cidades, vilas e castelos* de Albrecht Dürer, Nuremberg, 1527.

- A obra de Sebastiano Serlio: 1. *Geometria* (1545); 2. *Perspectiva* (1545); 3. *Antigüidade* (1537); 4. *As Ordens* (1540); 5. *Igrejas* (1547) e o *Livro Extraordinário* (1551, 1566);

- *Vitruvius Teutsch*, impresso por Johann Petretus, Nuremberg, 1548;

- *Quinque Columnarum exacta descriptio atque delineatio* de Hans Blum, Zurique, 1550;

- *The First and Chief Groundes of Architecture* de John Shute, Londres, 1563;

- *Architecture* de Philibert de l'Orme, Paris, 1567;

- *I Quattro Libri Dell'Architettura* de Andréa Palladio, Veneza, 1570;

- *Architectura* de Vredeman de Vries, Antuérpia, 1577.

Tais obras levantaram uma série de questões sobre o problema da cidade, inclusive, inauguraram o processo de análise teórica que resultaria, no século XIX, no estabelecimento do Urbanismo como ciência da cidade. É provável que tais obras tenham circulado em Portugal, no restrito grupo dos humanistas como André de Resende (1500-1573), Brás de Albuquerque (1501-1581), Damião de Góis (1502-1574), Francisco de Holanda (1517-1585) e Antônio Rodrigues (c. 1525-1590).

## **2. Os humanistas portugueses e a tentativa de difusão dos princípios do urbanismo renascentista**

Do grupo no tópico anterior, Damião de Góis tratou de descrever a cidade de Lisboa sob olhos muito favoráveis em sua *Descrição da Cidade de Lisboa* ou *Vrbis Olisiponis Descriptio* (1554), mostrando sua riqueza e vida ao escrever que “quanto ao interior da urbe, a sua grandeza e magnificência são tamanhas que bem pode medir meças a quaisquer das restantes cidades da Europa, tanto pelo número de habitantes como pela beleza e variedade dos edifícios” (GÓIS, 1988, p.48). Edifícios estes, resumidos em número de sete, que foram todos construídos entre a metade do século XV e o início do XVI, portanto, considerados pelo autor como edifícios modernos, apesar de, estilisticamente não estarem ligados ao Renascimento (GÓIS, 1988, p. 51-58):

1º - A Igreja da Misericórdia (1498), em estilo manuelino e 2º - Hospital de Todos os Santos (1492) anexo à Misericórdia, no Rossio, vistos na **figura 4**;



**Figura 4**

A Igreja da Misericórdia, de Mateus Fernandes e Diogo de Boitaca e o Hospital de Todos os Santos em gravura de Martins Baratas (século XVII).

Fonte: Wikipedia, 2008.

3º - Paço dos Estaus (1450), no Rossio, visto na **figura 5**;



**Figura 5**

Detalhe de uma gravura de Georg Braun e Franz Hogenberg (c. 1598), mostrando o largo do Rossio. No alto, à esquerda, o Paço dos Estaus e, à direita da praça, a igreja da Misericórdia e o Hospital de Todos os Santos.

Fonte: Wikipedia, 2008.

4º - Celeiro Público (início do século XVI) no Rossio;

5º - Alfândega nova (início do século XVI), próxima ao Celeiro Público;

6º - Casa de Ceuta (início do século XVI);

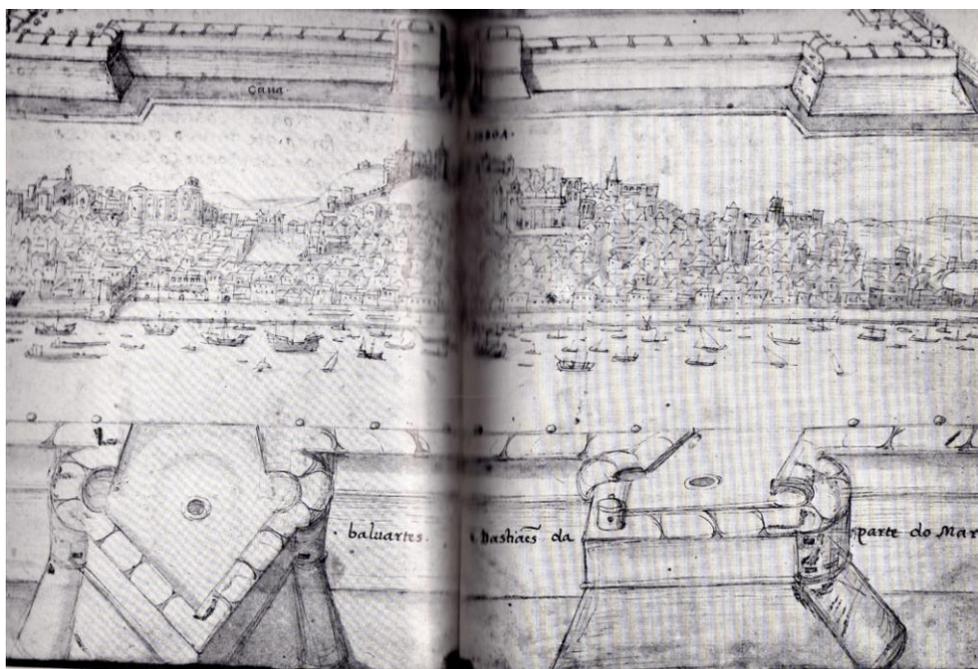
7º - Arsenal de guerra (início do século XVI), próximo ao Paço Real.

Todos os “sete grandiosos edifícios” (GÓIS, 1988, p. 51) surgiram ao longo de uma série de intervenções realizadas em Lisboa nos reinados de Dom João II, Dom Manuel I e Dom João III como se verá mais adiante (CARITA, 1999). O opúsculo, que tinha a função de um guia para os visitantes da cidade, não vai além de traçar uma mítica história da cidade e de expor seu estado atual à época com as tintas de quem queria apenas agradar ao cardeal Dom Henrique, futuro rei de Portugal (1578-1580).

Francisco de Holanda e Antônio Rodrigues, por outro lado, foram os únicos a levar adiante o problema da arquitetura e do urbanismo renascentista em terras portuguesas. A despeito das viagens e estudos realizados por tais humanistas, principalmente à Itália, patrocinadas pela Coroa (SERRÃO, 1994), a difusão dos conhecimentos de arquitetura e urbanismo ficaram restritos a poucas situações, as quais convém registrar e comentar sobre elas.

Existem traduções para o português dos tratados de Alberti e Dürer, feitas no reinado de Dom João III (1521-1557), mas que nunca chegaram a ser publicadas (TEIXEIRA e VALLA, 1999), o que denota a pouca disseminação das informações, restritas a um grupo muito pequeno e que não esteve presente na construção das primeiras cidades no Brasil.

O primeiro livro que tratou do urbanismo renascentista produzido em Portugal foi *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*<sup>3</sup>, escrito por Francisco de Holanda em 1571, aprovado pela Inquisição em 1576, mas só impresso em 1879. Tal obra propõe uma grande reforma urbana e arquitetônica na cidade de Lisboa que nunca foi posta em prática. Algumas propostas podem ser vistas abaixo nas **figuras 6, 7 e 8**.

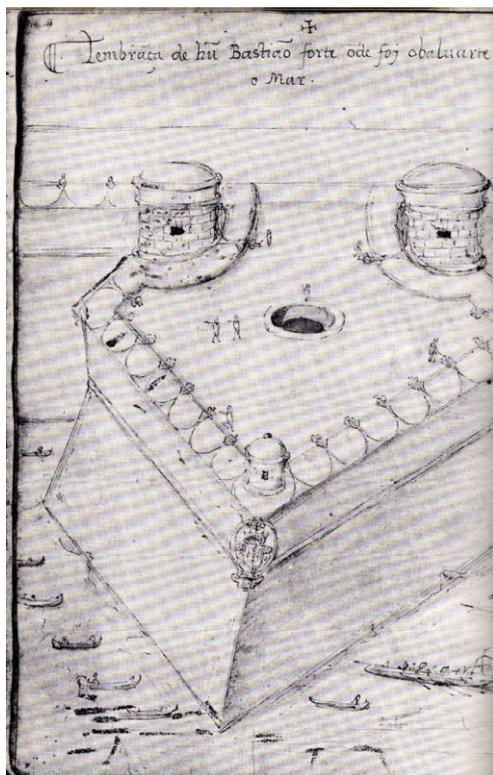


**Figura 6**

A proposta para a defesa da cidade de Lisboa, segundo padrões renascentistas apresentada em 1571 na *Fábrica que falece...*

Fonte: Holanda, 1984.

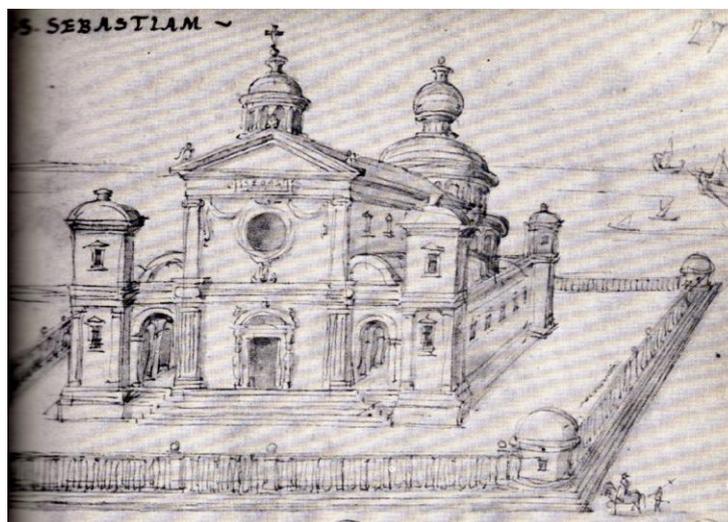
<sup>3</sup> Ou, “das construções que faltam à cidade de Lisboa”, em português atual.



**Figura 7**

Detalhe de um dos baluartes de defesa de Lisboa propostos na *Fábrica que falece...*

Fonte: Holanda, 1984.



**Figura 8**

A nova igreja de São Sebastião no Terreiro do Paço, Lisboa, proposta na *Fábrica que falece...*

Fonte: Holanda, 1984.

Já em 1576, Antônio Rodrigues escreveu um tratado de arquitetura militar e urbanismo em português, o *Tractado de Arquitectura*, que permaneceu incompleto e foi seguido, em 1631, por Mateus do Couto, mas estes dois também não foram impressos (TEIXEIRA e VALLA, 1999). Uma de suas páginas pode ser vista na **figura 9**.

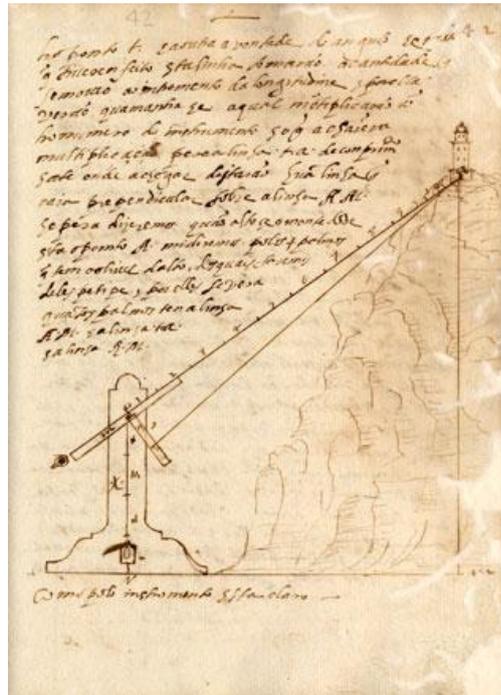


Figura 9

O método de medição da altitude dos terrenos do *Tratado de Architectura* escrito por António Rodrigues em 1576.

Fonte: BN-PT, 2008.

Vale salientar que o italiano Filippo Terzi, que trabalhou como arquiteto em Portugal de 1577 a 1597, deixou também um trabalho manuscrito com dezesseis páginas intitulado *Estudo de Embadometria, Estereometria e as Ordens de Architectura*, mas que tratava unicamente de arquitetura, como se vê na **figura 10**.

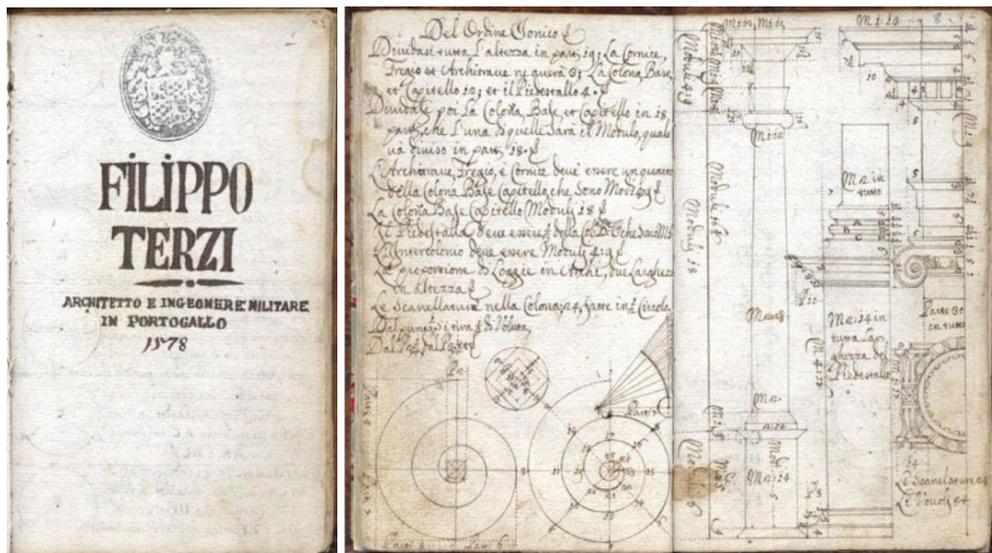
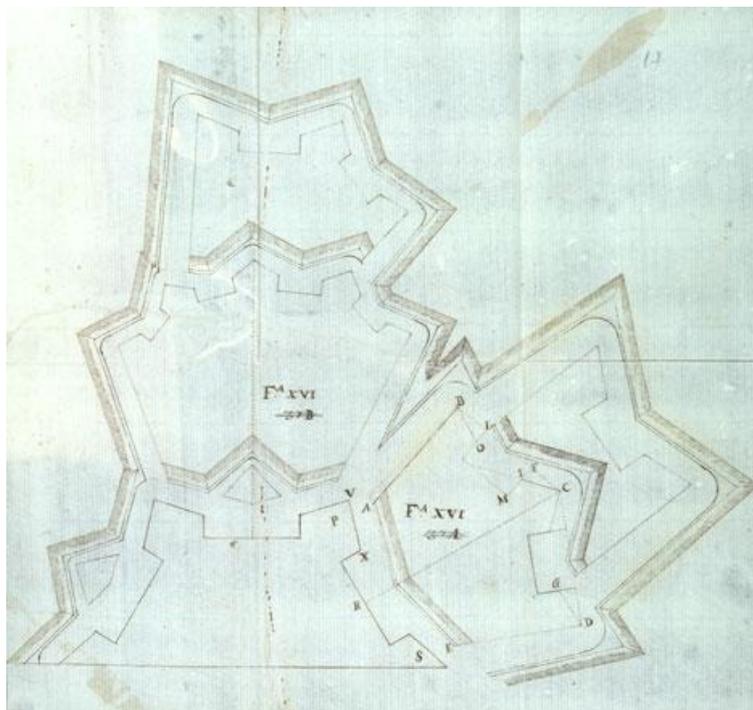


Figura 10

O manuscrito *Estudo de Embadometria, Estereometria e as Ordens de Architectura* de Filippo Terzi, escrito em 1578. À esquerda, a capa e, à direita, duas páginas internas tratando da ordem jônica.

Fonte: BN-PT, 2006.

Na verdade, os únicos tratados portugueses efetivamente impressos foram o *Método Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares* de autoria de Luís Serrão Pimentel e datado de 1680 e o *Engenheiro Português* de Manuel de Azevedo Fortes, de 1728, ambos fora do recorte temporal deste artigo. Abaixo, uma das ilustrações da obra de Pimentel, na **figura 11**.



**Figura 11**

Elementos de fortificação abaluartada relativos à configuração da coroa – Luís Serrão Pimentel, 1680.  
Fonte: BN-PT, 2008.

### **3. A crítica à supervalorização do alcance do Renascimento em Portugal**

Os estudos mais recentes demonstram uma grande preocupação em situar Portugal na vanguarda do Renascimento, o que parece, a partir de uma observação mais acurada, um tanto quanto inadequado. Decerto que reformas urbanas ocorreram nas principais cidades portuguesas ao longo do século XVI, em especial Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro, Braga, Elvas e Viana do Castelo, porém que fique claro: de nenhuma dessas intervenções surgiu uma cidade renascentista e sim, edifícios renascentistas e, no máximo, espaços renascentistas já que, “com efeito, as realizações e até as idéias urbanistas quinhentistas representam pouco se as compararmos com o caminho percorrido pela arquitectura durante o mesmo período” (GOITIA, 1989, p. 101). Cecil Stewart, (*apud* Goitia, 1989, p. 101) salienta que:

“O Renascimento é, acima de tudo, um movimento intelectual. No campo do urbanismo, as suas primeiras contribuições são insignificantes se compararmos com a arquitectura do mesmo período e com as realizações cenográficas, com os grandes panos de fundo do final do barroco<sup>4</sup>.”

A mesma opinião pode ser encontrada em Dantas (2004):

Na verdade, as teorias urbanísticas renascentistas ficaram limitadas ao campo das idéias. As condições necessárias para traduzi-las em realidade não ocorreram. A arquitetura da Renascença, com seus ideais de proporção e regularidade, realiza-se em edificações isoladas, não ocorrendo a fundação ou a transformação de uma cidade inteira. Os intelectuais e artistas renascentistas

<sup>4</sup> STEWART, Cecil. *A prospect of cities*, London, 1952. p. 100.

descrevem ou pintam a nova cidade, impossível de ser construída e que, por isso, permanece um objeto teórico ou, em outros termos, inacessível.

Já Benevolo (1995, p. 118) enfoca a impossibilidade de introdução de um novo desenho urbano regular em um sistema urbano já formado e tendendo à cristalização:

As efectivas transformações urbanas compreendidas entre a segunda metade do século XV e a primeira metade do século XVI, tanto em Itália quanto no resto da Europa, são limitadas, irregulares e sempre desproporcionais em comparação com as ambições de uma cultura projectual confiante nos seus instrumentos universais. Essa cultura não deixa de se ocupar das cidades, mas perde o contacto com a experiência concreta, com a utilização dos meios técnicos, econômicos e administrativos; a procura dos novos modelos urbanos faz-se nas artes figurativas e nos livros e adquire uma aceleração incontrolável que vai se afastando cada vez mais do mundo real.

Por fim, Calabi (2008, p. 149) lucidamente adverte que “frequentemente, a inadequação dos ideais humanísticos em relação às resistências da cidade real se revela de modo evidente, de maneira que os esforços de inovação se reduzem a episódios isolados, a edificações individuais...”

A “cidade ideal”, portanto, permaneceu no campo teórico ou literário – já que não é possível esquecer as propostas formuladas pelos autores humanistas, principalmente, Thomas More com sua *Utopia*, publicada em 1516, onde a idéia de sociedade perfeita também se materializou na forma da cidade, como é possível ler neste trecho de sua obra imortal, ilustrada pela **figura 12**:



**Figura 12**

A ilha de Utopia em uma xilogravura de Ambrosius Holbein (1518). A representação esquemática da ilha e de suas cidades ainda obedece a padrões medievais.

Fonte: Wikipedia, 2008.

Quanto às cidades, quem conhece uma conhece todas. Assemelham-se tanto quanto a natureza do local o permite. Descrever-vos-ei, pois uma delas, indiferentemente; mas por que não Amaurota? É a mais importante e considerada de todas [...].

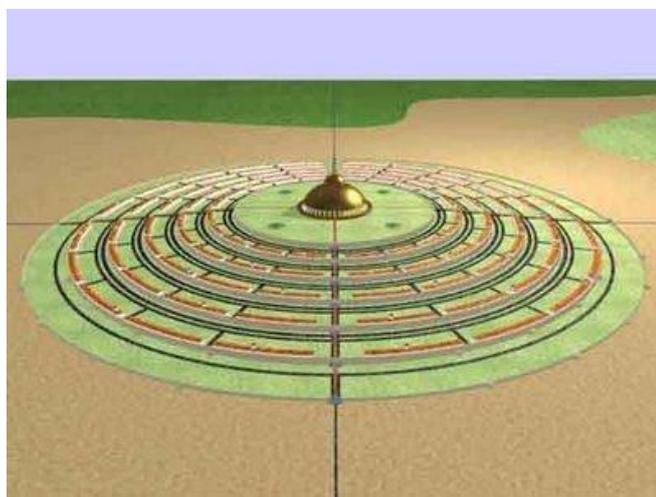
A cidade de Amaurota fica na encosta de um monte de inclinação suave e tem forma quase quadrangular. Começa pouco abaixo do cume do monte e prolonga-se pelo espaço de duas milhas até ao rio Anidro. A sua largura, junto ao rio, aumenta um pouco [...].

A cidade é rodeada por uma alta e espessa muralha de pedra, enxameada de torres e fortes. Um fosso seco, profundo e largo, cheio de sebes e silvados, rodeia por três lados a muralha da cidade. O quarto lado tem por fosso o próprio rio. As ruas são atraentes e foram convenientes dispostas e orientadas, quer para as necessidades de transporte, quer como proteção contra o vento. As casas são belas e bem construídas, formando duas filas contínuas ao longo das ruas, cuja largura é de vinte pés. (MORE, 2006, p. 56-57)

Outras visões de sociedades perfeitas viriam após a Utopia de More, sendo uma das mais conhecidas *A cidade do Sol* de Tommaso Campanella publicada pela primeira vez, em 1623 e que também define um interessante modelo de cidade:

A maior parte da cidade está situada sobre uma alta colina que se eleva no meio de vastíssima planície. Mas as múltiplas circunferências se estendem num longo trecho, além das faldas do morro, de forma que o diâmetro da cidade ocupa mais de duas milhas, por sete do recinto total. Mas achando-se sobre uma elevação, apresenta ela capacidade bem maior do que se estivesse situada numa planície interrompida. Divide-se em sete círculos e recintos particularmente designados com os nomes dos planetas. Cada círculo se comunica com o outro por quatro diferentes caminhos, que terminam por quatro portas, voltadas todas para os quatro pontos cardeais da terra. (CAMPANELLA, 2001, p. 2)

Uma interpretação de sua forma pode ser vista na **figura 13**.



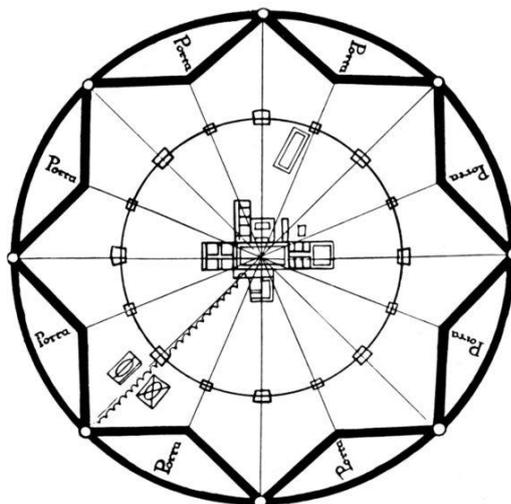
**Figura 13**

Interpretação em computação gráfica da Cidade do Sol de Campanella.

Fonte: Universitopia, 2008.

De fato, as idéias dos arquitetos e humanistas, sem força para alterar uma realidade cotidiana construída através de séculos, foram relegadas aos livros e, na melhor (ou pior) das hipóteses, seus conhecimentos de geometria utilizados para o desenvolvimento da arquitetura militar, que alterou apenas as fortificações das cidades, mantendo intacto o tecido medieval. Também existiram obras que estavam diretamente ligadas ao desejo dos autores em glorificar os seus patronos, o que diminui em muito o caráter “revolucionário” das idéias, na verdade fruto da bajulação e do servilismo, como, por exemplo, a obra de Antonio Averlino, chamado Filareto,

ora dedicada a Francesco Sforza – *Codex Trivulzianus* visto na **figura 14**, ora a Piero de Médici – *Codex Magliabechianus*.



**Figura 14**

A planta de Sforzinda, cidade ideal projetada por Filareto para homenagear seu patrono Francesco Sforza. O caráter unitário do projeto e seu simbolismo geométrico visavam à glorificação do seu poderoso mecenas e ao próprio conhecimento superior do seu autor perante a sociedade da época.

Fonte: Wikipedia, 2007.

Das aplicações práticas das ideias urbanísticas do Renascimento vale lembrar a cidade de Palmanova, construída em 1593 na então República de Veneza e que realmente materializa a ideia das cidades estreladas e poligonais do Renascimento, mas sua função principal foi defensiva – manter os turcos longe do território veneziano – e não a criação de uma utopia urbana. Sua planta e vista aérea atual estão nas **figuras 15 e 16**.



**Figura 15**

*Pianta di Palmanova* (século XVII – Museo Correr de Veneza) onde é possível verificar todo o seu sistema defensivo, baseado nas teorias geométricas e pirobalísticas desenvolvidas desde o final do século XV. Fonte: Wikipedia, 2007.



**Figura 16**

Vista aérea atual de Palmanova, onde é possível ver a estrutura urbana dentro dos padrões renascentistas, seu sistema de defesa abaluartado e as ampliações externas que não seguiram os princípios renascentistas.

Fonte: Google Earth, 2007.

No caso específico de Portugal, autores como França (1977) e Carita (1999) analisam a questão das intervenções urbanas, principalmente em Lisboa no século XVI, sem forçar uma ligação direta das mesmas com o Renascimento, haja vista que, por exemplo, as intervenções ocorridas em Lisboa na Rua Nova d'El-Rei, a Vila Nova da Oliveira e do Bairro Alto de São Roque foram realizadas entre 1498 e 1502 num espírito ainda ligado ao urbanismo regular medieval e que, como Carita e Carita (2000, p. 184) advertem: “os agentes implicados na definição das estratégias urbanas implementadas durante o período manuelino para Lisboa e para o resto do país não foram, até hoje, motivo dum estudo sistemático”, a exemplo do que se vê na **figura 17**.



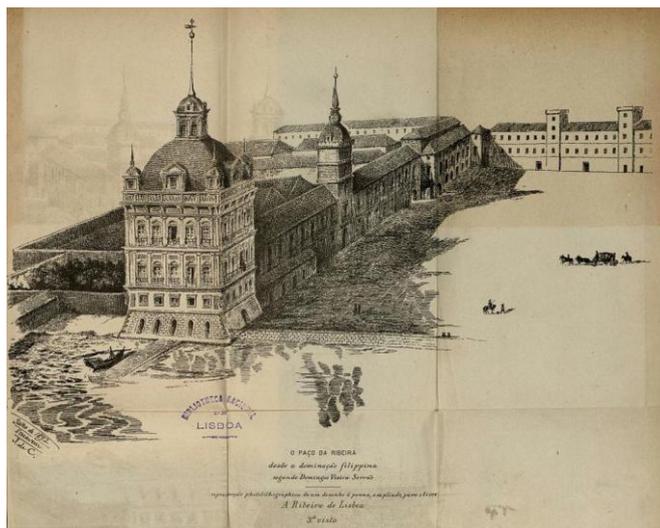
**Figura 17**

Trecho da planta de Lisboa de João Nunes Tinoco (c. 1656), onde se vê parte do Bairro Alto, cujo desenho é apenas uma quadrícula comum ao urbanismo regular medieval. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.

Decerto que a Ribeira, por sua forma quase regular e sua escala monumental em relação à cidade na época, é interpretada por muitos como a maior intervenção renascentista em Lisboa, que vai ser confirmada com as reformas de Filippo Terzi e José de Herrera no Paço real da Ribeira, visto na **figura 18** já em fins do século XVI, sob o governo de Filipe II, no entanto o Bairro Alto, por outro lado, não possui um desenho sequer baseado nas cidades ideais, se ligando ao desenho das *bastides* medievais, que será sim, ocupado com edifícios renascentistas como a célebre igreja de São Roque. Rossa (s.d., p. 1316) esclarece que:

Na realidade os reis dos descobrimentos [D. João II (reinado 1481-1495), D. Manuel I (reinado 1495-1521) e D. João III (reinado 1521-1557)] não implementaram e parece nunca ter concebido um plano para a monumentalização da capital do seu império. Promoveram apenas algumas medidas e reformas para a melhoria do nível sanitário da cidade, regularam a sua expansão e clarificaram seu centro. Os dois mais representativos espaços públicos da cidade até hoje – o Terreiro do Paço e o Rossio – acabaram por ser definidos num processo que resultou de uma sucessão de atitudes independentes, sem estarem integradas num plano.

Desfaz-se então a ideia de grandes planos de reconfiguração urbana para a capital portuguesa, que, em sua quase totalidade, permanecerá inalterada até o grande terremoto de 1755 (FRANÇA, 1977).



**Figura 18**

O Paço da Ribeira, destruído pelo terremoto de 1755, em desenho de Domingos Vieira Serrão (1892).  
Fonte: BN-PT, 2008.

Concluindo a sua interpretação do efeito produzido pelas reformas do final do século XV, início do XVI, Rossa (s.d., p. 1317) arremata:

Como um todo, a Lisboa dos Descobrimentos era espacialmente e esteticamente desinteressante para os intelectuais portugueses italianizados, não exibindo qualquer sector com expressão relevante. A sua lógica urbanística era (tardo) medieval. O remoçamento renascentista da arquitectura e do urbanismo da Coroa Portuguesa a partir da década de 1540, não teve tempo nem espaço, nem sequer impulso para se exprimir numa cidade que, além do mais, nem sequer era efectivamente habitada pelo rei.

Quanto à arquitetura militar, substancialmente alterada pelo advento da pirobalística, algumas cidades portuguesas vão, ao longo do século XVI e XVII, alterar seus sistemas defensivos em favor dos novos conhecimentos desenvolvidos desde o tratado de Dürer, de finais do século XV, mas que mantiveram sua morfologia orgânica, como visto na **figura 19**.



**Figura 19**

Vista aérea de Almeida, próxima à fronteira com a Espanha. O sistema defensivo é do século XVI, mas a estrutura morfológica é a mesma do período medieval (século XIII).

Fonte: Google Earth, 2007.

### **Considerações finais**

O pensamento sobre a cidade desde a Idade Média até o Renascimento, baseou-se ora em meras descrições, ora em tentativas vãs de compreendê-la, moldá-la e controlá-la. Parece que, ao final, tais tentativas se mostraram extremamente parciais ou inviáveis. A cidade continuou, cada vez mais, complexa e viva em si mesma, tornando o seu criador, o Homem, incapaz de fazer dela um instrumento dócil para suas ações. Na Europa, origem da cidade portuguesa, foi impossível definir um modelo de cidade ideal que, minimamente, atendesse, pelo menos às vontades dos poderosos – eles sozinhos não faziam, a cidade como mais adiante esclarecerá Martín (1994) – todos, desde o mendigo ao mais poderoso nobre, estavam sujeitos e sujeitavam a cidade às suas vontades e *designios* em maior ou menor escala.

A cidade em Portugal, no alvorecer da Idade Moderna, não chegou a ser alterada a ponto de se criar um novo tipo de cidade. As intervenções, quase todas restritas a pequenas porções do tecido das cidades mais importantes (Lisboa, Porto, Évora), foram incapazes de modificar modos de moldar e usar o espaço urbano, já que, como no resto da Europa, Portugal tinha cristalizado um espaço urbano que lhe era peculiar e que não deveria ser julgado como sendo bom ou ruim, mas que era adequado aos usos da sociedade portuguesa da época.

A redução da cidade a esquemas sempre resultou em algo impossível de ser mantido por longo tempo ou mesmo de ser implantado, principalmente por razões de ordem econômica. Por isso não existem milhares de “Amaurotas” espalhadas pelo mundo, mas cidades diferentes que guardam em si um tipo específico, porque são resultantes de variáveis sociais, políticas, econômicas e culturais próprias de cada povo e de cada época.

## Referências

- ALBERTI, Leon Battista. **De re aedificatoria**. Madrid: Ediciones Akal S. A ., 1991. 475 p.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira: Origens. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 39-70, CNCDP, 1998.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983. 728 p.
- \_\_\_\_\_. **A cidade na história da Europa**. Lisboa: Editorial Presença, 1995. 242 p.
- CALABI, Donatella. **A cidade do primeiro Renascimento**. São Paulo: Perspectiva, 2008. 202 p.
- CARITA, Helder. **Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 255 p.
- \_\_\_\_\_; CARITA, Rui. Modelos, instituições e personagens. A urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 174-190, CNCDP, 2000.
- FRANÇA, José Augusto. **Lisboa pombalina e o Iluminismo**. 2. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977. p. 17-56.
- GÓIS, Damião de. **Descrição da cidade de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. 85 p.
- GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 41-153.
- HOLANDA, Francisco de. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. 110 p.
- JACOBS, Jane. **Vida e morte de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 516 p.
- LAMERS-SCHÜTZE, Petra (coord.). **Teoria da Arquitectura**. Köln: Taschen, 2006. 575 p.
- MARTÍN, Maria Del Carmen Cayetano. La ciudad medieval y el derecho: El urbanismo em las Partidas. In: **Anales de la Historia de Arte n. 4**, Madrid, 1994. p. 65-70. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02146452/articulos/ANHA9394110065A.PDF>>. Acesso em 12 de dez. 2007.
- MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2006. 127 p.
- MORRIS, A .E. J.. **Historia de la forma urbana: Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S/A, 1984. p. 56-137.
- PALLADIO, Andrea. **The four books of Architecture**. New York: Dover Publications, Inc., 1965. 209 p.

POLIÃO, Marco Vitrúvio. **Da Arquitetura**. São Paulo: Hucitec, 2002. 245 p.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002. p. 15-22.

\_\_\_\_\_. O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 507-536, CNCDP, 1998.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309 p.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. 476 p.

SUMMERSON, John. **A linguagem clássica da arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 138-142.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo português – séculos XIII-XVIII: Portugal e Brasil**. Lisboa: Livros horizonte, 1999. 334 p.

TORRES BALBÁS, Leopoldo; GOITIA, Fernando Chueca. **Planos de ciudades iberoamericanas y filipinas existentes en el Archivo de Indias v. 1/v.2**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local/Seminario de Urbanismo, 1951. 345/313 p.

ROSSA, Walter. No primeiro dos elementos: Dados para uma leitura sintética do Urbanismo e da Urbanística Portuguesa da Idade Moderna. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 8-21, CNCDP, 2000.

\_\_\_\_\_. **A imagem ribeirinha de Lisboa. Alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o Império**. Disponível em:

<<http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/104f.pdf>>. Acesso em 02 de ago. 2008.

CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do Sol**. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000001.pdf>>. Acesso em 14 de jan. 2008.

DANTAS, Ana Claudia de Miranda. Cidades renascentistas. **Arquitextos – Periódico mensal de textos de arquitetura**. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp253.asp>>. Acesso em 16 de abr. 2006.

SEGURA, Maria Isabel Navarro. Las fundaciones de ciudades y el pensamiento urbanístico hispano em la era Del descubrimiento. Barcelona: **Scripta Nova – Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XXX n. 218(43), 2006. Disponível em:

<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-43.htm>>. Acesso em 12 de dez. 2007.